



## A DECLARAÇÃO DE PARIS

A Europa encontra-se actualmente numa encruzilhada. A Europa enfrenta o retorno maciço do desemprego. No próximo ano assistiremos à destruição de empregos numa escala sem precedentes desde 1930 e, no entanto, até agora a resposta das autoridades (europeias e nacionais) não tem sido adequada à dimensão do problema.

Esta situação deve-se ao facto de que o desemprego, há mais de 30 anos, ter vindo a ser dominado pelo modelo económico neoliberal, cujo colapso está na génese da catástrofe económica que agora atinge a Europa e o resto do Mundo. Os abusos amplamente praticados pelo sector financeiro configuram a versão actual de um processo de alquimia.

A prudência de longo prazo foi ignorada ao mesmo tempo que deu lugar à ganância e à especulação em Wall Street, Londres e outros dos mais importantes centros financeiros. As consequências da queda muito rapidamente geraram desigualdade, o aumento do emprego precário, a pressão para cortes ao nível do Estado Previdência, dos direitos dos trabalhadores/as e da negociação colectiva. Agora, a tudo isto é necessário juntar o crescimento do desemprego, a diminuição nos gastos públicos e o colapso da procura em inúmeros países.

Os cidadãos esperam que os Governos através da acção do sector público e das organizações sindicais devolvam o equilíbrio democrático que tem sido subalternizado em função dos mercados. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) exige que “nunca mais” possa ser permitido ao capitalismo financeiro causar uma crise comparável à actual, no mundo, na Europa e nos trabalhadores/as. Além disso, que “nunca mais” as crescentes desigualdades possam ser encorajadas, objecto de indiferença ou negligenciadas pelos governos democráticos.

A CES apoia totalmente o movimento sindical internacional no seu combate à crise. A este respeito, a Europa tem um papel importante e específico a desempenhar. A União Europeia (U.E.) é a única instância no mundo com capacidade para desenvolver uma acção simultaneamente directa e de coordenação no que constitui a entidade económica única de maior dimensão, no mundo. Este facto faz dela uma lidere e não uma seguidora. Demasiadas vezes deu a ideia de se remeter a um papel secundário, atrás dos maiores países. No entanto, se a U.E. não for capaz de desenvolver uma acção concertada no que respeita ao progresso económico e social, então as suas mais importantes realizações, como o mercado único, a moeda única e o alargamento, ficarão sujeitas a uma enorme pressão na medida em que os Estados-Membros procurarão desenvolver a sua própria abordagem quanto a matérias como o comércio, a política monetária e as relações internacionais. A U.E. tem de assumir as suas responsabilidades em relação aos Estados-Membros sujeitos a pressões extremas e agir para evitar que estes fiquem dependentes do Fundo Monetário Internacional (FMI). A intervenção deste em toda e qualquer iniciativa deve visar a salvaguarda da coesão social mais do que cortar nas despesas públicas e nos serviços públicos.

A U.E. tem de adoptar uma abordagem convincente quanto ao desemprego. A CES reclama um Novo Contrato Social para a Europa como motor para a justiça social e para melhores empregos, integrando os pontos seguintes:

**Mais e melhores empregos: o investimento num vasto plano europeu de relançamento** a fim de conseguir um novo impulso para o crescimento e o emprego. A CES exige ao Conselho Europeu e à Comissão que concebam um plano europeu de investimento totalizando anualmente 1% do PIB europeu para os próximos três anos, a fim de proporcionar mais e melhores empregos, promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento com o objectivo de apoiar o emprego em indústrias - chave, investir em tecnologias novas, verdes e sustentáveis e para manter serviços públicos de elevada qualidade. A aprendizagem ao longo da vida e a educação são elementos fundamentais para o desenvolvimento de mais e melhores empregos. Agora é o momento para a Europa proporcionar aos trabalhadores/as as qualificações necessárias a uma sociedade futura isenta de carbono, caracterizada por uma tecnologia verde e melhores empregos qualificados.

**Reforçar os sistemas de protecção social para proporcionar mais segurança e igualdade e evitar a exclusão social.** A CES exige uma Agenda Social europeia forte e eloquente a fim de manter os empregos das pessoas e garantir a protecção a todos os trabalhadores/as bem como uma formação adequada, tendo em consideração a diversidade, nomeadamente, em matéria de igualdade de género; a necessidade de assegurar a coesão social, por meio de rendimentos sólidos e do acesso a serviços públicos para todos. A política social e os serviços públicos em toda a Europa devem ser preservados, reforçados e nenhum dos dois pode ser prejudicado por uma implementação rígida do Pacto de Estabilidade, que conduza a prematuras e importantes reduções dos défices orçamentais assim que a actividade económica pare de diminuir. Estes cortes privariam os Estados-Membros de beneficiarem do relançamento económico e deteriorariam os serviços públicos.

**Reforçar os direitos dos trabalhadores e terminar com o predomínio das regras de mercado a curto prazo.** Direitos mais fortes em especial ao nível transnacional são imprescindíveis para pôr fim à tendência do aumento das desigualdades. A CES exige um Protocolo de Progresso Social que dê prioridade aos direitos sociais e às acções colectivas bem como a uma Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores reforçada, com base na igualdade de tratamento e no respeito pela legislação aplicável no local de trabalho. A CES apela igualmente a uma participação mais eficaz dos trabalhadores/as e a uma democracia económica, social e da empresa. Reforçar os direitos dos trabalhadores/as é especialmente urgente se quisermos estancar a crescente utilização de diferentes formas de trabalho precário e atípico.

**Melhores salários: o reforço da negociação colectiva.** O congelamento de salários assim como cortes nos os salários nominais nas pensões devem ser rejeitados. Quando se dá o colapso da procura é vital proteger o poder de compra. A CES defende, portanto, o reforço da negociação colectiva e dos organismos de formação salarial com o objectivo de garantir mínimos salariais dignos em todos os países europeus e o aumento real dos salários e das pensões, como forma de apoiar a recuperação económica. O Banco Central Europeu (BCE) deve também ser implicado neste crescimento e deve, igualmente, estar empenhado no pleno emprego e num emprego de melhor qualidade, e não apenas preocupado com estabilidade dos preços. O BCE não deve procurar

influenciar e enfraquecer as negociações salariais subindo prematuramente as taxas de juro assim que a actual crise pareça ter terminado. A CES exige, ainda, a formação de um conselho consultivo do BCE, no qual os dois parceiros sociais europeus tenham assento.

**A solidariedade europeia enquanto protecção contra os excessos do capitalismo financeiro.** É fundamental uma efectiva regulação dos mercados financeiros, uma justa distribuição da riqueza e o evitar de um regresso ao capitalismo de casino ou aos "negócios em primeiro lugar" dos últimos 20 anos nos mercados financeiros. A CES exige um maior aumento ao nível dos custos sociais europeus, ampliando as actividades dos fundos estruturais europeus, nomeadamente, do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. A concorrência fiscal também deve ser solucionada e os paraísos fiscais encerrados na medida em que ameaçam a base fiscal dos países e da Europa Social. É crucial a existência de uma liderança europeia no que respeita ao imposto sobre as transições financeiras.

É fundamental reforçar a inclusão das questões sociais em todas as políticas europeias a fim de introduzir disposições sociais nos contratos públicos, reconhecendo as convenções colectivas adequadas, garantindo que a concorrência não é pervertida pelo dumping social ou por políticas deflacionistas, protegendo as pensões e os benefícios, reforçando os salários mínimos e a cobertura dos trabalhadores/as ao nível da negociação colectiva. A dimensão social europeia tem sido demasiado modesta durante demasiado tempo. Agora, é o momento para reforçar a Europa restituindo-lhe as suas ambições sociais.

Durante o próximo período, a CES irá desenvolver a sua estratégia para o futuro, mobilizando-se para responder aos enormes desafios que tem de enfrentar, nomeadamente, no que respeita a uma política industrial baseada na inovação, investigação e desenvolvimento sustentável. Em particular, a CES e as organizações suas filiadas irão mobilizar-se para apoiar o Dia de Acção da CSI (Confederação Sindical Internacional) sobre o trabalho digno, que se realizará a 7 de Outubro. A CES apela ao Conselho Europeu para que o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão ajam rapidamente. A CES apela, também, à comunidade empresarial para que se empenhe num diálogo social sobre estas matérias e ajude a resolver a crise.

O duplo objectivo da presente Declaração é: **combater a crise – e vencer os seus efeitos.** O seu conteúdo necessita de uma ampla divulgação e debate sobre como a catástrofe causada pelo mundo financeiro atingiu a Europa tão fortemente. Mas o movimento sindical europeu deve agarrar esta oportunidade para alcançar uma melhor e mais justa sociedade, bem como uma mais forte e mais integrada Europa Social. A esmagadora participação dos trabalhadores nas manifestações da CES, em meados de Maio, demonstraram um apoio crescente à nossa agenda. **As Organizações filiadas comprometem-se a mobilizarem-se pela Declaração de Paris da CES.**

*Nota: Tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa.*